

Retomada de imposto sobre combustível divide governo

Fabio Murakawa, Renan Truffi e Estevão Talar
De Brasília

A volta da cobrança de impostos federais sobre a gasolina e o etanol pode virar um novo foco de embate entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ala política do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A desoneração sobre esses combustíveis vence na próxima terça-feira, dia 28. Lula dará a palavra final sobre o tema.

Segundo interlocutores, Haddad defende a reoneração. A ideia, no entanto, encontra resistência entre ministros políticos e a cúpula do PT, preocupados com o impacto da medida impopular principalmente sobre a classe média.

O tema já colocou as duas partes em polos opostos no fim do ano passado, ainda na transição de governo. Em 31 de dezembro, expôs a isenção de impostos promovida por Jair Bolsonaro. Haddad era contrário à continuidade da medida, mas foi vencido pela ala comandada pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

No Palácio do Planalto, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, ainda não definiu posição sobre o tema. Segundo interlocutores, ele "observa aspectos técnicos e políticos da medida para ajudar Lula a tomar uma decisão ao fim do processo".

A posição da Fazenda é clara a favor da reoneração já no começo de março. Uma fonte diz que não está "no radar" a continuidade da desoneração. Também destaca que "o custo de prolongar a isenção é maior que o custo somado" de elevar o salário mínimo de R\$ 1.302 para R\$ 1.320, ampliar a isenção do Imposto de Renda para dois salários mínimos e pagar R\$ 150 mensais por criança de até 6 anos inscrita no Bolsa Família. Além disso, a desoneração "beneficiaria a população de renda média alta" e incentivaria "combustíveis poluentes", de acordo com essa fonte.

Lula se reúne nesta sexta-feira com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, no Palácio do Planalto. A Presidência não divulgou o tema do encontro, mas a expectativa é que discutam a reoneração. A reunião era para ter ocorrido ontem, mas não aconteceu por-

que Prates teve problemas com um voo para chegar a Brasília.

Prates era relator de um projeto de lei no Senado que previa a criação de um fundo de estabilização contra as oscilações nos preços dos combustíveis. Lula sempre foi crítico da atual política de preços da Petrobras, que desde o governo Michel Temer passou a atrelar o valor dos combustíveis às cotações do petróleo no mercado internacional da commodity. Especialistas criticam a proposta e defendem que os combustíveis continuem variando conforme a cotação internacional do petróleo.

Economistas estimam que a volta dos tributos federais acarretará em uma alta de R\$ 0,69 por litro de combustível. Segundo Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Renanascença, a reoneração pode ter um impacto positivo de cerca de R\$ 25 bilhões para as contas públicas deste ano. Ele defende que, para mitigar os efeitos sobre a inflação e diante do quadro fiscal apertado, a Petrobras segure parte dos repasses de eventuais altas no preço internacional do produto.

"Entendo que a volta [da tributação] contribuirá com cerca

R\$ 25 bilhões, isto é, para o período de março a dezembro. É uma medida importante. Nada impede que a Petrobras possa segurar uma parte do repasse", disse.

A intervenção na política de preços da Petrobras pelo governo Bolsonaro foi criticada durante o período eleitoral por especialistas e pela oposição, hoje no governo.

Publicada no começo do ano, a MP dos Combustíveis manteve em zero até 28 de fevereiro as alíquotas de PIS/Cofins sobre caso de gasolina e álcool. Também manteve zerada, para o mesmo prazo, as alíquotas da Cide sobre gasolina. No caso de diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, as alíquotas de PIS/Cofins foram mantidas em zero até 31 de dezembro.

A Fazenda não pretende mexer na reoneração do gás de cozinha, do diesel e do biodiesel. O primeiro afeta diretamente as famílias mais pobres. Um aumento do diesel, além do efeito em cadeia no custo de produtos transportados por rodovia, prejudicaria caminhoneiros, que são base política do ex-presidente Jair Bolsonaro e têm potencial de parar o país, como já ocorreu em 2018.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 4